



Seminário História Social da Língua Nacional: resumos

30 e 31 de outubro de 2007

A questão da diversidade cultural – hoje em pauta no Ministério da Cultura – está intimamente ligada ao reconhecimento do Brasil como um país multilíngüe, onde a história da implantação do português como língua nacional e como marca identitária envolveu não apenas o estabelecimento de um diálogo com Portugal, antiga metrópole colonial, como a relação com os diferentes grupos humanos, culturais e étnicos no território nacional. A história da nacionalização da língua portuguesa no Brasil, além do reconhecimento de suas peculiaridades fonológicas, gramaticais e lexicais diante do português europeu, supôs o tratamento e não raro o confronto com inúmeras outras línguas - indígenas, africanas, européias, asiáticas.

O objetivo do seminário é reunir pesquisadores de diferentes áreas e instituições em torno do tema da história social da língua nacional no Brasil. O adjetivo nacional destaca os sentidos e conflitos da expansão interna desta língua: escravidão africana e a questão lingüística, as tentativas de destruição das culturas (e línguas) indígenas e sua capacidade de resistência, os caminhos da oralidade na língua literária, a atuação dos meios de comunicação e da educação na unificação da língua e os impasses dessa unificação. No entanto, o foco prioritário não seria tanto a língua como fenômeno abstrato, mas sim as vozes, falas, palavras próprias que atravessam a formação da sociedade. Assim, a idéia é mostrar que o singular – língua do Brasil – foi construído sobre o plural, que teima em persistir - línguas no Brasil.

Programação

30 de outubro, terça-feira

9h:30 Abertura

José Almino de Alencar (Presidente da FCRB)

Rachel Valença (Diretora do Centro de Pesquisa da FCRB) – A Fundação Casa de Rui Barbosa e os estudos sobre a língua portuguesa

Laura do Carmo e Ivana Stolze Lima - Proposta do seminário

10h -12h Mesa 1. As letras e o Império

TRADUZINDO MUNDOS, INVENTANDO IMPÉRIOS: EXPERIÊNCIAS COLONIAIS EUROPÉIAS E A

CONQUISTA DE ESPAÇOS EPISTEMOLÓGICOS NA ÍNDIA

Claudio Pinheiro (Sephis Foudation e UNICAMP)

De par com o processo de expansão colonialista dos Estados europeus modernos foram deflagradas diversas movimentações no mundo então conhecido. Passaram a existir intensos fluxos de produtos, espécies (de fauna e flora) e pessoas. No que tange a circulação de pessoas, a compreensão de seus costumes e realidades, um dos dilemas que cedo se instalou foi a dificuldade de compreensão das línguas. A galáxia das línguas que foi sendo contatada era imensa e o próprio avanço e sucesso da empreitada colonialista dependeu da capacidade de estabelecer contatos. Em um primeiro momento, recorreu-se aos *linguas* (intérpretes) enquanto mediadores da comunicação entre europeus e demais grupos contatados. Simultaneamente, ocorria na Europa um intenso movimento de civilização (domesticação) dos vernáculos a partir de fórmulas gramaticais baseadas no latim. Num curto espaço de tempo após o início da gramatização e dicionarização das línguas européias, o mesmo ocorreu entre as línguas sul-americanas, asiáticas e, bastante posteriormente, africanas.

Dicionários, gramáticas e demais *instrumentos de tradução* – como denominei um conjunto expressivo de textos de caráter lexicográfico e paralexiconográfico – foram usados para criar inteligibilidade e transitividade entre línguas, mas também entre culturas, costumes e formas de sociabilidade. Nosso objetivo é perceber, a partir deste mote, como **categorias sociais** ligadas ao universo do exercício do poder (das formas de dominação), nos diversos contextos coloniais eram percebidas, traduzidas e ressignificadas a partir de **categorias lingüísticas** (léxicos) européias, no caso, do português.

[Cláudio Pinheiro é antropólogo e filiado à *Sephis Foundation* (The South-South Exchange Programme for Research on the History of Development), the Netherlands, e ao Departamento de Antropologia da Unicamp.

Artigos recentes sobre o tema: 1) "Soy loco por tí, India! Reflexions, expressions and experiences of a Brazilian living and researching in India". (*Global South*, v. 4, n. 1, Calcutta, 2007); 2) "Blurred boundaries. Slavery, unfree labour and the subsumption of multiple social and labor identities in India". (In: VAN DER LINDEN, Marcel; MOHAPATRA, Prabhu. *Global Labour History and the Question of Freedom and Unfreedom*. London: Routledge, 2008. [forthcoming]); 3) "Experiências coloniais européias e a conquista de um espaço epistemológico na Índia". (In: ROSA RIBEIRO, Fernando & MACAGNO, Lorenzo. *Histórias conectadas: identidades (pós)colonialidades e a construção da nação: África, Ásia e Caribe: séculos XIX e XX*. FPR/Fundação Araucária, 2007).]

AULAS RÉGIAS NO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS: O GLOBAL E O LOCAL

Anita Correia Lima de Almeida (UNIRIO)

No contexto do reformismo pombalino de meados do século XVIII, a reforma dos estudos menores (1759/1772) estendeu-se não só a todo o reino, e Ilhas Atlânticas, como a vastas áreas do ultramar português, criando aulas régias nas capitanias da América Portuguesa, em Cabo Verde e em Angola, nas possessões do Índico, como Moçambique e Goa, para chegar até Macau, na China. A intenção é discutir a amplitude das propostas embutidas nos textos legais da reforma, assim como nos novos métodos propostos, e analisar aspectos do que pode ser considerado como projeto de "ocidentalização" dessas áreas pela via de uma formação escolar comum. A partir daí, a idéia é olhar para as especificidades locais, as resistências e as dificuldades de implantação das aulas régias em espaços tão diversos.

[[Anita Correia Lima de Almeida](#), doutora em História pela UFRJ, é professora da UNIRIO. Desenvolve pesquisas voltadas para a história das camadas letradas no império colonial português. Atualmente, elabora projeto de pesquisa sobre Lucas José de Alvarenga, um letrado mineiro que foi governador de Macau no princípio do século XIX e que é autor de uma obra considerada a primeira novela *à clef* brasileira. É autora da tese *Inconfidência no Império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794.*]

LIVRO, LÍNGUA E LEITURA NO BRASIL COLONIAL

Luiz Carlos Villalta (UFMG/CNPq)

A Linguagem portuguesa é a que Deus fala, e ensinou a Adão – isso era o que afirmava Pedro Rates Henequin, filho de um holandês calvinista e de uma humilde católica, depois de viver, entre 1700 e 1722, em Minas Gerais. O português, segundo a mesma personagem, seria a língua da corte celeste. A essa época, contudo, o predomínio da língua portuguesa no Brasil ainda não era uma realidade incontestável. Na verdade, considerando-se todo o período colonial, percebe-se que os avanços da língua portuguesa no tempo e no espaço foram condicionados por alguns fatores. O primeiro deles foi o grau de vinculação das economias regionais com o mercado internacional, com a decorrente maior ou menor presença demográfica de portugueses e de africanos. A atuação de missionários foi um segundo fator importante, na medida em que contribuiu para a preservação e, até mesmo, a primazia das línguas indígenas em determinadas áreas. A política de língua adotada pela Coroa lusitana a partir do governo de D. José I (1750-1777) teve um papel no que se refere à difusão da língua portuguesa, repercutindo no campo da educação e dos métodos de ensino. O propósito desta comunicação é, por um lado, traçar as linhas gerais da política do governo português referente ao ensino de línguas e suas gramáticas no final do período colonial e, por outro, verificar como alguns livros e mestres atuaram (ou o que prescreviam em termos de práticas), no que se refere ao referido ensino.

[[Luiz Carlos Villalta](#), professor do Departamento de História da UFMG, é mestre e doutor em História Social pela USP, pesquisador do projeto temático Fapesp "Caminhos do Romance no Brasil" e bolsista de produtividade do CNPq. É autor de "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura" (In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*).]

Mediador: João Paulo Rodrigues (UFSJ)

14h-16h Mesa 2. Colonização lingüística

NHEENGATU: A OUTRA LÍNGUA BRASILEIRA

José R. Bessa-Freire (UNIRIO/UERJ)

Na Amazônia brasileira, em 1600, eram faladas mais de 700 línguas. Uma delas, o tupinambá, em contato com outras línguas, se transformou na *Língua Geral* ou *Nheengatu*, que teve papel histórico marcante, como meio de comunicação interétnica. Foi ela, e não o português, a principal língua da Amazônia. Durante dois séculos e meio, índios, mestiços, negros e portugueses trocaram experiências e bens, e desenvolveram suas práticas sociais nessa língua, que se firmou como supra-étnica, difundida amplamente pelos missionários, através da catequese. Contou para isso com o apoio da própria Coroa Portuguesa, cujas políticas de línguas contribuíram para sua expansão. Na Amazônia, a hegemonia da língua portuguesa só vai ocorrer na metade do século XIX. Trata-se, portanto, de apresentar aqui as formas de deslocamento lingüístico e a trajetória histórica das línguas na Amazônia brasileira, com uma avaliação do contato e das tensões entre elas. A abordagem se situa no campo da história social da linguagem, uma área transdisciplinar, que trabalha as

fontes históricas, usando conceitos formulados pela sociolinguística.

[José R. Bessa Freire é professor da Pós-Graduação em Memória Social da UNI-Rio e coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ. Trabalha com história das línguas e narrativas orais. Autor do livro: *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia* (2004).]

AFRICANOS, CRIoulos E A LÍNGUA PORTUGUESA

Dante Lucchesi (UFBA/CNPq)

Uma das questões centrais da historiografia da língua no Brasil remete à eventual criouliização do português durante o período da colonização e do império. A resposta a essa questão passa, por um lado, por precisar os cenários sociolinguísticos do contato do português com a línguas africanas. A proporção entre africanos, crioulos e falantes nativos do português europeu em cada situação histórica específica, a taxa de natalidade na população escrava, a propalada mistura de etnias africanas por parte de traficantes e senhores de escravos para evitar motins, a inserção social e cultural de africanos e crioulos são alguns dos fatores sociais determinantes do grau de reestruturação gramatical do que temos chamado de transmissão linguística irregular – processo desencadeado em situações de contato maciço entre línguas. Do outro lado da questão, está o desafio para teoria linguística de precisar o modo como a estrutura da língua portuguesa foi afetada ao ser adquirida precariamente por milhões de africanos adultos e depois socializada entre esses e nativizada entre os seus descendentes tendo como modelo essa modalidade defectiva de segunda língua. Portanto, pode-se definir assim os dois grandes balizadores da questão de linguística histórica que reúne africanos, crioulos e a língua portuguesa.

[Dante Lucchesi, doutor em Linguística pela UFRJ e mestre em Linguística Portuguesa Histórica pela Universidade de Lisboa, é professor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, desde 1992. É autor do livro *Sistema, mudança e linguagem* (Parábola, 2004), coordena o Projeto "Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia" (<http://www.vertentes.ufba.br>), tendo sido contemplado com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, desde março de 2003.]

LINGÜÍSTICA HISTÓRICA E CORPORA DIACRÔNICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: AS CARTAS DE COMÉRCIO NO SÉCULO XVIII

Afranio Gonçalves (UFRJ)

No âmbito do *Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, têm sido editados manuscritos diversos produzidos no Brasil dos séculos XVIII e XIX segundo características que os torne *corpora*, ou seja, um conjunto reunido por propriedades coincidentes, sejam elas tipológico-textuais, sejam elas vinculadas ao grau de habilidade na escrita alfabética ou, ainda, ao perfil social dos redatores. O conjunto aqui apresentado as cartas de comerciantes portugueses que habitavam no Brasil ao final dos setecentos – insere-se na macrocategoria textual *administração privada*, que se tem mostrado mais aberta a transparecer tanto aspectos linguísticos raros na documentação oficial, quanto aspectos das atividades mercantis cotidianas e, por vezes, clandestinas. Parece esse ter sido o caso do texto que nele encontramos, impresso na Bahia ainda durante a proibição da imprensa no Brasil. Nesta apresentação, além de examinar esse impresso supostamente anterior à Imprensa no Brasil procuramos dimensionar o valor desse *filão* tipológico-textual dentro do quadro das tradições discursivas que o *PHPB* reuniu, para que se distingam, com maior clareza, aspectos da mudança na língua dos aspectos de mudança nos textos no fim do século XVIII.

[[Afrânio Gonçalves](#), doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ, é professor de Língua Portuguesa da UFRJ e autor dos seguintes textos sobre o tema: "Da história social à sociolinguística histórica do português no Brasil: mercadores portugueses no apagar do Século das Luzes". (In: Werner Thielemann (Org.). *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Editora TFM, 2006.); e da tese de doutoramento *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*.]

Mediador: Eduardo Silva (FCRB/CNPq)

31 de outubro – quarta-feira

9h:30-12h Mesa 3. A formação da língua nacional: modelos, experiências, conflitos.

VOZ ESCRAVA, LÍNGUA NACIONAL

Ivana Stolze Lima (FCRB/PUC-Rio/CNPq)

O trabalho problematiza a relação entre a formação da língua nacional no Brasil e as práticas de comunicação lingüística travadas por escravos e africanos, que envolveram o aprendizado do português, a manutenção de línguas maternas e outras línguas africanas, e ainda a possível utilização de línguas gerais. O aprendizado do português por um lado pode ter servido à ordem senhorial e à sociedade escravista. Por outro lado, pode ter propiciado o estabelecimento de formas de sociabilidade, resistência e experiências culturais cujo sentido histórico não se resume à lógica senhorial ou do Estado-nação. O contexto histórico da formação do Estado nacional no Brasil, aproximadamente entre as décadas de 1820 e 1860, as características de uma sociedade escravista, e o fato de ter sido a primeira metade do século XIX o período de maior vulto do tráfico de africanos evidenciam a tensão entre a unidade imaginária da nação e as distintas e inúmeras nações existentes no território. A construção de uma unidade lingüística foi preocupação presente dos homens de letras e da política. A partir de anúncios de fugas de escravos, destacamos diferentes práticas de comunicação forjadas por escravos africanos e crioulos (nascidos no Brasil). Neste caso, tanto se reconfigura a tradicional avaliação de que os africanos aprendiam sempre mal o português, como se percebe que suas estratégias lingüísticas iam além de garantir uma unidade conveniente à classe senhorial, e antes, eram base de formas de resistência e sociabilidade.

[[Ivana Stolze Lima](#), pesquisadora do Setor de História da FCRB, desenvolveu entre 2002 e 2006 o projeto "Entre o tupi e a geringonça luso-africana: eis a língua brasileira - sentidos de identidade nacional no Império". Atualmente desenvolve o projeto "Língua nacional, voz escrava. Conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil", ambos com recursos do CNPq. É autora do livro *Cores, marcas e falas: sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*.]

FALAS E CORES: UM ESTUDO SOBRE O PORTUGUÊS DE NEGROS E ESCRAVOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Tania Alkmim (UNICAMP)

O trabalho tem como ponto de partida uma questão lingüística de natureza histórica: que tipo de português falavam negros e escravos brasileiros? Na ausência quase absoluta de registros históricos, tomou-se a produção literária brasileira do século XIX (prosa de ficção e teatro) como fonte de informação, coletando-se dados das representações lingüísticas de personagens negros e escravos. Os dados lingüísticos assim obtidos

são fantasiosos ou refletem a realidade das práticas linguísticas? O trabalho se propõe a discutir tal questão, apresentando e discutindo os dados coletados em obras literárias e não literárias.

[Tania Alkmim é professora associada do Departamento de Linguística, no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, doutora pela Université Paris V com a tese: *Les 'portugais' de Ziguinchor (Sénégal): un approche sociolinguistique d' une communauté créolophone* - Prof. Dr. Louis-Jean Calvet). É membro dos projetos: 1) "A Participação das Línguas Africanas no Português Brasileiro" (Capes/Cofecub/511/05), coordenado pela professora. Dra. Margarida Petter (USP); 2) "Para a História do Português Paulista (Projeto Caipira) - projeto temático de equipe /Fapesp, coordenado pelo professor. Dr. Ataliba de Castilho (USP).]

ESPAÇOS DE NORMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PROFESSORES E ALUNOS NAS AULAS DE PRIMEIRAS LETRAS, NA CORTE E NO RECIFE, EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Adriana Maria Paulo da Silva (Universidade de Pernambuco)

O objetivo central é demonstrar a diversidade social e racial do público discente e docente que freqüentou e atuou nos espaços públicos e privados de instrução primária da Corte Imperial e da cidade do Recife durante a primeira metade do século XIX. A argumentação central do trabalho sustenta que estes espaços de normatização do português no Brasil – durante o período em questão, nas cidades pesquisadas – não estiveram restritos às elites nacionais sob qualquer ponto de vista e que, diferentemente de proposições clássicas da historiografia da escravidão e da historiografia da língua portuguesa no Brasil, abrigaram meninos livres (ingênuos e forros) que neles puderam, por diversas razões, ingressar. A documentação básica utilizada para a construção desta argumentação é de natureza oficial e está, majoritariamente, sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e sob a guarda do Arquivo Público Jordão Emerenciano, no Recife.

[Adriana Maria Paulo da Silva, doutora em História pela UFPE, é professora do Curso de História da Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata, uma das unidades interioranas da UPE (Universidade de Pernambuco) e trabalha com História da Educação no século XIX, procurando construir objetos nos quais história, política, trabalho, educação, raça, cor e direitos civis se encontram (ou se afastam).

Participa de duas pesquisas: 1) sobre a Escola de Ensino Mútuo do Recife; 2) sobre a emergência e a natureza das exigências profissionais veiculadas pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Diário de Pernambuco*, nos anúncios de emprego da cidade do Recife no pós-abolição. Principais trabalhos: - *Aprender com perfeição e sem coação*: uma escola para meninos pretos e pardos na corte (dissertação de mestrado publicada pela Plano Editora, em 2000); e *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX.*]

MODELOS DE FORMAÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL SOB A PERSPECTIVA DO CONTATO DE POPULAÇÕES

Heliana Mello (UFMG)

A complexidade do cenário sociocultural e linguístico dos séculos de composição da língua nacional do Brasil talvez jamais possa ser inteiramente desvelada. Temos, entretanto, elementos suficientes para criarmos modelos factíveis sobre os possíveis cenários que propiciaram o surgimento da língua nacional em suas duas grandes modalidades: o português popular brasileiro (ou português brasileiro vernáculo) e o português brasileiro padrão. Nessa comunicação enfoque será dado à formação do português brasileiro vernáculo,

levando-se em conta os cenários de contato de populações, onde estiveram presentes os diversificados insumos de línguas africanas, línguas indígenas - sobretudo a língua brasilica – e o português.

[[Heliana Mello](#) é professora Associada da Faculdade de Letras da UFMG e atua na linha de pesquisa: Estudos das Inter-relações entre Linguagem, Cognição e Cultura; Projeto: C-ORAL Brasil (Corpus de Fala Espontânea do Português do Brasil). Principais publicações: 1) Tese de doutoramento *The genesis and development of Brazilian Vernacular Portuguese* (University Microfilms, Ann Arbor, EUA, a ser publicada em novembro de 2007; 2) Baptista, Marlyse, Heliana Mello & Miki Suzuki. "Cape Verdean, or Kabuverdianu, and Guinea-Bissau, or Kriyol (Creole Portuguese)". (In: John A. Holm & Peter L. Patrick, eds., *Comparative Creole Syntax: Parallel outlines of 18 Creole grammars*. London: Battlebridge Publications).]

Mediadora: Marta de Senna (FCRB/CNPq)

14h -16h:30 Mesa 4. Projetos intelectuais e construções de nacionalidade

O PARNASO FUNDACIONAL DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA

Janaína Senna (FCRB/FAPERJ)

No Brasil, o cônego Januário da Cunha Barbosa é o primeiro, que se saiba, a tentar reunir uma literatura pátria com o firme propósito de contribuir para o "conhecimento do patrimônio opulento, deixado como herança [...] por [nossos] tão gloriosos antepassados" (1829). Sua antologia poética, no entanto, à diferença das obras que a sucederam, ainda não traz o discurso ostensivamente nacionalista que, graças à constituição do conceito de nativismo, consegue forjar o elo entre um passado e um presente e vai informar a própria escrita da história da literatura brasileira.

[[Janaína Senna](#) é doutora em história da literatura e, atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado júnior da FCRB. O título de sua tese é *Flores de antanho*: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário.]

TUPIFILIA INTERNACIONAL: TUPI, CIENTISTAS E VIAJANTES NOS SÉCULOS XIX E XX

João Paulo Rodrigues (UFSJ)

Embora se soubesse, desde o século XVII, que a América Portuguesa era um arquipélago de línguas, a partir do início do século XIX naturalistas e viajantes estrangeiros começaram a privilegiar o tupi. Em parte, isso se deveu ao legado da "língua geral" como idioma da catequese no período colonial. Mas a emergência do tupi como foco de interesse da etno-lingüística no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos resulta também dos debates travados entre cientistas brasileiros e estrangeiros, numa dinâmica relacionada com os fatores e condicionantes da nova direção comparativa dos debates da lingüística, do impacto do racismo científico, do surgimento de uma história nacional, e da emergência de um campo científico no Brasil.

[[João Paulo Rodrigues](#) é professor de História da América da Universidade Federal de São João del Rei, coordenador do mestrado em História da mesma instituição, e autor de *A dança das cadeiras*: literatura e política na Academia Brasileira de Letras, 1896-1913 (Editora da Unicamp).]

DICIONÁRIO, SOCIEDADE E LÍNGUA NACIONAL: O SURGIMENTO DO DICIONÁRIO MONOLÍNGÜE

José Horta Nunes (UNESP)

Os trabalhos em História das Idéias Lingüísticas, articulados com a análise de discurso, têm estudado os instrumentos lingüísticos, como gramáticas e dicionários, mostrando a relação deles com a sociedade e com a formação da língua nacional. Após uma breve exposição sobre o modo como temos tratado o processo de dicionarização, vamos abordar o aparecimento dos médios e grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa a partir dos anos 1930. Embora tenhamos uma significativa produção de dicionários parciais e regionais durante a segunda metade do século XIX, é somente no século XX que surgem os grandes dicionários monolíngües no Brasil. Vamos discutir as determinações históricas desse processo, bem como o funcionamento da discursividade do "dicionário popular", aí envolvida.

[José Horta Nunes é pesquisador da área de Análise de Discurso e de História das Idéias Lingüísticas e professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Atualmente desenvolve o projeto "Documentação Lingüística: Arquivo, instrumentação, Divulgação". É autor do livro *Dicionários no Brasil: análise e história* (Pontes Editores, 2007).]

A VOZ DO CAIPIRA EM AMADEU AMARAL

Laura do Carmo (FCRB)

O livro *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral, publicado em 1920, é a primeira tentativa de descrever de modo abrangente um falar regional brasileiro, em seus aspectos fonético, lexical, morfológico e sintático, valendo-se de critérios rigorosos e claros, tanto para a coleta como para a apresentação das informações. Já no início do século XIX, o dialeto caipira sobrevivia em pequenas localidades, assim como os hábitos que constituem a cultura assim também designada. Além de registrar parte do dialeto da antiga província de São Paulo – já que sua coleta se circunscreve a algumas cidades –, Amadeu propunha uma metodologia de descrição do dialeto ou dos dialetos brasileiros, que emergiria a partir da comparação entre os falares regionais.

[Laura do Carmo, pesquisadora do Setor Ruiano, atua na edição de textos e desenvolve pesquisa sobre obras de referência da biblioteca de Rui Barbosa. É autora da dissertação de mestrado "*A tradição ainda canta*": a poesia da canção caipira."]

Mediador: Marcos Veneu (FCRB)

17h:30 Palestra de encerramento

UMA HISTÓRIA DA HISTÓRIA NACIONAL

Manoel Luís Salgado Guimarães (UFRJ/UERJ)

18h:30 Considerações finais sobre a interdisciplinaridade, as linhas de pesquisa e planejamento de novos encontros.

"Em uma sociedade dividida em castas, raças e classes, em um país como o Brasil onde, por três séculos as várias línguas dos indígenas e dos imigrantes africanos lutaram contra uma única língua branca, - não poderia haver paz lingüística ou cultural mesmo quando o processo de unificação já era evidente."

José Honório Rodrigues

Os textos do seminário serão publicados no site "Cores marcas e falas. Histórias e sentidos de mestiçagem no Brasil" (www.coresmarcasefalas.pro.br), coordenado por Ivana Stolze Lima.



Fundação Casa de Rui Barbosa

Rua São Clemente, 134 - Botafogo

Tel.: 3289-4631

Inscrições: seminario.hsln@rb.gov.br